

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 11 466/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2004, de 30 de Julho, nomeio o licenciado Alexandre Miguel Guiomar Gomes Gonçalves Barata para a categoria de secretário do meu Gabinete a partir de 4 de Abril de 2005.

11 de Abril de 2005. — O Vice-Presidente da Assembleia da República, *Telmo Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 11 467/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, delego no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha, a competência para a concessão de subsídio de alojamento a atribuir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril.

10 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 339/2005. — Considerando que o Programa do Governo do XVII Governo Constitucional compreende opções de política social que determinam a necessidade de imprimir novas orientações à gestão dos serviços, assim como a modificação das políticas a prosseguir pelos dirigentes de nível superior;

Considerando que a criação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, na sequência da extinção dos Ministérios das Actividades Económicas e do Trabalho e da Segurança Social, da Família e da Criança, determina a necessidade de reforçar a capacidade de resposta institucional dos organismos nele integrados, o que só é possível através de recomposição de algumas das equipas dirigentes;

Tendo em conta, por fim, o disposto no n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, exonera-se do cargo de presidente do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., por conveniência de serviço, o Prof. Doutor João Manuel Macedo Ferreira Dias.

O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Maio de 2005.

28 de Abril de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho conjunto n.º 340/2005. — O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., tem por objectivo a execução das políticas públicas de emprego e formação profissional.

Os licenciados Francisco Caneira Madelino, Alexandre António Cantigas Rosa, Armando Marques Aleixo e Maria Cristina Fernandes Rodrigues, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que agora são nomeados.

Assim, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados presidente e vice-presidente do conselho directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., respectivamente, os licenciados Francisco Caneira Madelino e Alexandre António Cantigas Rosa.

2 — São nomeados vogais do mesmo conselho directivo os licenciados Armando Marques Aleixo e Maria Cristina Fernandes Rodrigues.

3 — Os licenciados Francisco Caneira Madelino, Alexandre António Cantigas Rosa e Maria Cristina Fernandes Rodrigues são, para o efeito, requisitados, respectivamente, ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ao Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça.

4 — É reconhecido o interesse público às funções desempenhadas pelos ora nomeados presidente e vice-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

5 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 374/97, de 23 de Dezembro, foi previamente ouvida a Comissão Permanente de Concertação Social.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 30 de Abril de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO I

Nota biográfica

Francisco Caneira Madelino, nascido em 15 de Fevereiro de 1963, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa de 1982 a 1987, assistente no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) desde 1989.

Membro da comissão executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional entre 16 de Abril de 1998 e 31 de Julho de 2002.

Membro do conselho directivo da European Training Foundation entre 1998 e 2002.

Presidente substituto da Comissão Permanente de Certificação Profissional entre Fevereiro de 1999 e Julho de 2002.

Representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional no Observatório do Emprego e da Formação Profissional entre Maio de 2000 e Julho de 2002.

Membro do conselho consultivo do Instituto de Gestão Financeira do Fundo Social Europeu desde Janeiro de 2000 a Julho de 2002.

Membro da unidade de gestão e da comissão de acompanhamento do Programa Operacional para o Emprego, a Formação e o Desenvolvimento Social (POEFDS).

Membro do conselho de gestão do Fundo de Garantia Salarial desde Abril de 2002 a Julho de 2002.

Membro da equipa do projecto «Types of teachers and trainers in vocational education and training», solicitado pelo Centro de Estudos Europeu sobre Formação Profissional (CEDEFOP), desenvolvido no âmbito da unidade de investigação «PROACT-ISCTE», realizado entre Dezembro de 2004 e Março de 2005.

Consultor e membro da equipa do «Estudo de avaliação da políticas de aprendizagem ao longo da vida», a realizar entre Janeiro e Maio de 2005, solicitado pela Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social).

Consultor e membro da equipa que está a prestar assessoria técnica com vista à formulação de propostas de «Concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio da inclusão social», por solicitação da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (Ministério das Finanças), a realizar entre Fevereiro e Junho de 2005.

ANEXO II

Nota biográfica

Maria Cristina Fernandes Rodrigues, nascida em 21 de Fevereiro de 1966, licenciada em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1988).

Curso Superior de Língua e Cultura Italianas pelo Instituto Italiano di Cultura in Portugal.

De Agosto de 1985 a Setembro de 1999 foi adjunta do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

De Fevereiro de 1989 a Setembro do mesmo ano foi adjunta do administrador-delegado da SECLA — Sociedade de Exportação e Cerâmica, S. A., Caldas da Rainha.

Em Setembro de 1989 ingressou no Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça.

Em 1 de Junho de 1993 foi destacada para o Centro Escolar de São Bernardino, estabelecimento da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, onde permaneceu até Maio de 1996.

De Maio de 1996 a Abril de 2000 exerceu funções de director do Centro de Emprego das Caldas da Rainha.